

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

ELITISMO E AUTORITARISMO NO DISCURSO MILITAR APOLOGÉTICO DA REVOLTA “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932

Natália Cristina Granato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6959>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-22 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ELITISMO E AUTORITARISMO NO DISCURSO MILITAR APOLOGÉTICO DA REVOLTA “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932.

Natália Cristina Granato

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6090-0428>

nataliagranato@hotmail.com

Secretaria de Estado da Educação (SEED). Curitiba, PR, Brasil

RESUMO: No contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a política brasileira vivenciou recorrentes desentendimentos entre os políticos oligarcas e os grupos tenentistas, organizados nas legiões revolucionárias e no Clube 3 de Outubro. Oligarcas dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 viam-se desprestigiados nos espaços de poder ocupados pelos tenentes e revolucionários. No decorrer do período pós-1930, as forças políticas oligárquicas desejavam a volta da normalidade institucional e da realização de eleições, almejando a dominância sobre o jogo político, tal como ocorria antes de 1930. O enfrentamento entre oligarcas e tenentistas se aprofundou a partir do ano de 1932. No caso de São Paulo, os embates foram mais intensos e geraram um distanciamento profundo que resultou em uma revolta sangrenta que mobilizou um considerável contingente de soldados. Esse trabalho objetiva analisar as tensões políticas e sociais que levaram à revolta contra o governo provisório de Getúlio Vargas, identificando elementos de elitismo e autoritarismo presentes no discurso autoproclamado como democrático e constitucional na aliança entre os militares e as oligarquias paulistas.

Palavras-chave: revolução de 1930, oligarcas dissidentes, governo provisório, militares na política, política brasileira.

ELITISM AND AUTHORITARISM IN THE MILITARY APOLOGETICAL DISCOURSE OF THE “CONSTITUTIONALIST” REVOLT OF 1932

ABSTRACT: In the context of the Provisional Government of Getúlio Vargas, Brazilian politics experienced recurring disagreements between oligarch politicians and lieutenant groups, organized in the revolutionary legions and the Clube 3 de Outubro. Dissident oligarchs who supported the 1930 Revolution found themselves discredited in the spaces of power occupied by lieutenants and revolutionaries. During the post-1930 period, oligarchic political forces desired the return of institutional normality and the holding of elections, aiming for dominance over the political game, as occurred before 1930. The confrontation between oligarchs and lieutenants deepened following the 1932. In the case of São Paulo, the clashes were more intense and generated a profound distance that resulted in a bloody revolt that mobilized a considerable contingent of soldiers. This work aims to analyze the political and social tensions that led to the revolt against the provisional government of Getúlio Vargas, identifying elements of elitism and authoritarianism present in the discourse self-proclaimed as democratic and constitutional in the alliance between the military and the São Paulo oligarchies.

Keywords: 1930 revolution, dissident oligarchs, provisional government, military in politics, brazilian politics.

INTRODUÇÃO

No contexto do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a política brasileira vivenciou recorrentes desentendimentos entre os políticos oligarcas e os grupos tenentistas, organizados nas legiões revolucionárias e no Clube 3 de Outubro. Oligarcas dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 viam-se desprestigiados nos espaços de poder ocupados pelos tenentes e revolucionários. No decorrer do período pós-1930, as forças políticas oligárquicas desejavam a volta da normalidade institucional e da realização de eleições, almejando a dominância sobre o jogo político, tal como ocorria antes de 1930. O enfrentamento entre oligarcas e tenentistas se aprofundou a partir do ano de 1932. No caso de São Paulo, os embates foram mais intensos e geraram um distanciamento profundo que resultou em uma revolta sangrenta que mobilizou um considerável contingente de soldados.

Neste trabalho, temos a intenção de realizar uma análise da obra "Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932", escrita pelo General Euclides Figueiredo, comandante da revolta, que aborda os antecedentes, as causas e os desdobramentos do conflito. Para isso, empregaremos a análise do discurso, identificando as estratégias retóricas utilizadas pelos líderes dessa revolta, apoiados por figuras influentes da classe dominante econômica e política do estado. Nosso objetivo é analisar as tensões políticas e sociais que levaram à revolta contra o governo provisório de Getúlio Vargas, identificando elementos de elitismo e autoritarismo presentes no discurso autoproclamado como democrático e constitucional na aliança entre os militares e as oligarquias paulistas.

Euclides de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 1883, desenvolvendo carreira no exército, chegando à patente de general. Seu filho, João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o último presidente do período da ditadura militar (1964-1985). Iniciando os estudos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, Euclides Figueiredo foi diplomado na arma da cavalaria e se tornou alferes em 1904, na Escola Militar do Brasil (futura Escola Militar da Praia Vermelha). No mesmo ano, participou da Revolta da Vacina, sendo preso na ocasião. Em 1911 realizou um estágio na Alemanha e participou da repressão à Revolta do Contestado em 1913. No decorrer da década de 1920, não participou dos movimentos tenentistas e em 1927 foi promovido a coronel (CHACON, 1982).

Na ocasião da Revolução de 1930, Euclides Figueiredo se recusou a apoiar a Revolução de 1930, preferindo defender o governo de Washington Luís. Com a vitória do movimento, foi preso e

continuou a sua oposição ao Governo Provisório. Em 1932, fez parte da conspiração para eclosão da Revolta Paulista, mantendo o perfil político e militar contrário às ações de Getúlio Vargas e da interventoria paulista, articulando um levante armado em conjunto com as oligarquias de São Paulo, unidas em prol da derrubada de Vargas.

Na próxima seção, visualizaremos os antecedentes da Revolta Paulista de 1932, identificando os conflitos entre as oligarquias paulistas e o governo central, representando pela interventoria federal no contexto da política local.

ANTECEDENTES DA REVOLTA PAULISTA DE 1932

Os desentendimentos entre os políticos oligarcas e os grupos tenentistas, organizados nas legiões revolucionárias e no Clube 3 de Outubro, foram recorrentes desde o início do governo provisório. Oligarcas dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930 viam-se desprestigiados nos espaços de poder ocupados pelos tenentes e revolucionários. No decorrer do período pós-1930, as forças políticas oligárquicas desejavam a volta da normalidade institucional e a realização de eleições, apoderando-se da máquina que poderia facilmente ser manipulada por ela, tal qual ocorria antes de 1930, voltando, assim, aos principais postos de poder.

Os tenentes e revolucionários, por sua vez, somavam esforços para a missão de “regeneração” que a Revolução de 1930 prometeu, modernizando estruturas políticas e institucionais, através de reformas. Nesse sentido, era necessário que a revolução amadurecesse, não havendo a necessidade da realização de eleições imediatas, pois correria-se o risco dos oligarcas retomarem as velhas práticas da Primeira República.

Os embates entre os dois grupos se aprofundaram a partir do ano de 1932. O próprio governo, que incluía os aliados civis dos tenentes em seu interior, aprofundou a distância em relação aos grupos tenentistas. Um fato marcante desta fase foi o desligamento de Oswaldo Aranha do Clube 3 de Outubro, agrupamento que ajudou a fundar e passou a discordar das orientações (SILVA, 1967, p.47). Outro evento fundamental foi a criação da Frente Única Gaúcha, em março de 1932, aumentando a pressão das oligarquias junto a Getúlio Vargas. A organização política da oligarquia dissidente mineira também ganhou força neste contexto.

No caso de São Paulo, os embates foram mais intensos e geraram um distanciamento profundo que resultou em uma revolta sangrenta que mobilizou um considerável contingente de soldados, com apoio de lideranças civis da classe dominante econômica e política do estado.

Os membros do Partido Democrático de São Paulo se frustraram com o governo federal pois eles esperavam que ocupariam a maior parcela do poder político no estado. No campo econômico nacional, Vargas ofereceu importantes cargos aos membros do PD como o Ministério da Fazenda, ocupado por José Maria Whitaker e o Conselho Nacional do Café, presidido por Paulo Prado como presidente do Conselho Nacional do Café (FORJAZ, 1988, p.143). No entanto, na interventoria paulista, Vargas procurava exercer uma vigilância especial, pois se tratava do estado mais poderoso da federação, que ofereceu resistência armada ao movimento de 1930. Os oligarcas dissidentes do Partido Democrático não atuaram em prol da vitória da Revolução de 1930, e mesmo assim queriam toda o poder para si mesmos com o desfecho vitorioso do movimento.

Vargas designou João Alberto para a interventoria em São Paulo após a vitória da Revolução de 1930 no estado. A sua gestão procurava angariar os elementos militares e as lideranças do Partido Democrático (PD). No entanto, alguns meses depois, o PD rompeu com João Alberto.

A interventoria de João Alberto explicitou as diferenças entre o jogo político da tradicional classe dominante paulista com o estilo de governo de Vargas. Durante a interventoria de João Alberto, o tenentista revolucionário Miguel Costa foi designado chefe de polícia. Essas nomeações foram consideradas como uma provocação do governo federal em relação aos poderosos grupos políticos e econômicos paulistas. A hostilidade contra João Alberto era frequente, com o discurso de que o interventor não era civil e paulista.

Além dos inúmeros atritos entre as oligarquias e a interventoria de João Alberto, o tenente ainda enfrentou uma crise no interior do exército. Enquanto o 2º RM era chefiado por Isidoro Dias Lopes, tenentista com perfil conservador, a Força Pública era chefiada por Miguel Costa, tenente com inclinação de esquerda. Ambos entraram em conflito, que se intensificou com a aproximação de Miguel Costa com o movimento operário paulista, na tentativa de montar uma engrenagem política própria através de milícias. Em consonância com o grupo de Miguel Costa, João Alberto aproximou-se dos operários, através do aumento de salários e da redução da jornada de trabalho. Com tais medidas, o interventor pretendia coibir as greves operárias e aumentar a influência política no estado

(WIRTH, 1979). A aproximação com o movimento operário também foi verificada com a permissão da organização do Partido Comunista em São Paulo, legenda da qual o irmão do interventor, Luís Gonzaga Lins de Barros, fazia parte. Desse modo, os comunistas conseguiram mobilizar comícios, o que provocou a fúria dos membros do Partido Democrático (FORJAZ, 1983, p.490; DRUMMOND, 1986, p.215).

Juntamente com a legalização do PCB no estado, as classes dominantes paulistas viam com ojeriza outros atos do interventor, como a aproximação com o movimento operário, através de medidas de diminuição da jornada de trabalho, aumento salarial e ameaças às fábricas que não obedecessem aos atos da interventoria. Nesse movimento, João Alberto preparou um plano em prol da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas do estado, juntamente com um programa que incluía a reforma agrária em fazendas arruinadas pela crise econômica, medidas que provocaram a ira de políticos e empresários de São Paulo (DRUMMOND, 1986, p.215).

As ações de João Alberto estavam alinhadas com as concepções do governo Vargas, que criou o Ministério do Trabalho, órgão destinado a implementar leis de proteção ao trabalhador e monitorar as Juntas de Conciliação e Julgamento entre patrões e empregados (MORAES, 2016).

A questão social em São Paulo era historicamente alarmante. Dados do Censo de 1920 demonstram que São Paulo era o estado com a maior produção industrial do país, responsável por 33,1% da produção nacional. No entanto, os salários dos operários de São Paulo situavam-se em número inferior do que a de estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em São Paulo, as jornadas de trabalho variavam entre onze e doze horas, em condições higiênicas e de segurança calamitosas (GORENDER, 1981, p.48). Na indústria têxtil, o trabalho de menores e crianças era insalubre e não regulamentado.

Neste cenário em que o empresariado paulista estava acostumado, as medidas de João Alberto na interventoria federal e as ações do Ministério do Trabalho na regulamentação dos direitos dos trabalhadores, foram encaradas como afrontas. Na narrativa de Euclides Figueiredo, o movimento de outubro de 1930 desfigurou as intenções que seus autores proclamavam. Nenhuma das suas modificações como o voto secreto, a reforma na administração pública, a “incipiente e defeituosa legislação social urbana” não justificaria o “abalo que a Nação” sofreu com o “golpe” contra as instituições (FIGUEIREDO, 1977, p.15). Percebemos, a partir do discurso do líder militar, as

discordâncias em relação à política trabalhista do Governo Provisório, que aprofundou o descontentamento com o seu governo.

Além destas questões, as classes dominantes paulistas estavam descontentes com as crescentes greves. Segundo os dados levantados por Boris Fausto, no ano de 1931, aproximadamente 31 fábricas pararam, totalizando cerca de 8.400 grevistas. No primeiro semestre de 1932, diversas categorias entraram em greve, como ferroviários, sapateiros, vidreiros, tecelões e padeiros. Durante a crise na interventoria de João Alberto, cerca de 30 mil trabalhadores entraram em greve (FAUSTO, 1975, p.107).

A ira da elite paulista aumentou com atos de aproximação entre a interventoria de João Alberto e a organização operária. O interventor era acusado de mancomunar com os comunistas, “humilhando” São Paulo em seus atos (FLYNN, 1979, p.103). O programa tenentista revolucionário continha alguns pontos que exaltavam os ânimos das classes dominantes paulistas.

O preconceito contra o interventor pernambucano aumentou com a diminuição do poder político de São Paulo ante a federação. A tese de doutorado defendida por João Paulo Rodrigues (2009) analisou, entre variados materiais empíricos, o jornal “O Separatista”, publicado no contexto do levante paulista de 1932. Neste periódico, muitos estudantes publicavam artigos com um exacerbado regionalismo, acompanhado por discursos racistas e xenófobos, acusando indivíduos provenientes de outros estados de “sanguessugas das riquezas dos paulistas”. Os alvos mais recorrentes dos separatistas eram os gaúchos, pelo protagonismo exercido na Revolução de 1930, os mineiros, pela disputa política e econômica histórica, e os nordestinos, que ocupavam elevados cargos no estado, tais como o interventor federal, João Alberto Lins de Barros e o comandante da 2ª Região Militar do Exército, Góes Monteiro (RODRIGUES, 2009, p.72).

No discurso de Euclides Figueiredo, “São Paulo era a mais adiantada unidade da federação, a mais rica e modelar na sua organização administrativa” (FIGUEIREDO, 1977, p.18). Percebe-se o viés de que São Paulo seria um estado mais importante que os demais, e portanto, mais injustiçado. Segundo o líder militar, após outubro de 1930, a ruína assolava o estado, e a economia paulista, “a despeito de sua pujança, não resistiria, por muito tempo, aos desatinos revolucionários (FIGUEIREDO, 1977, p.21).

O momento crucial da cisão entre as oligarquias dissidentes e os tenentes no governo provisório foi o rompimento do Partido Democrático de São Paulo com João Alberto, em 24 de março de 1931. Mesmo ocupando secretarias na interventoria de João Alberto, os membros do PD se sentiam prejudicados e afrontados com os atos governamentais, o que também provocou a demissão coletiva do secretariado. Com a crescente oposição dos democráticos à sua interventoria, João Alberto chegou a aproximar-se do Partido Republicano Paulista (FORJAZ, 1983, p.490).

De acordo com a perspectiva de Euclides Figueiredo, repartição do poder em São Paulo estava equivocada, de um lado a parte administrativa, sob responsabilidade do secretariado civil, e de outro a parte militar entregue a um representante do governo federal, um “tenente interventor” alheio à realidade paulista. A coalizão entre João Alberto e o Partido Democrático terminou 40 dias após seu início, com a demissão de todo o secretariado em dezembro de 1930, deixando o campo inteiramente livre para o tenentismo. Segundo Figueiredo, “alvorocam-se, então, as ambições políticas dos militares revolucionários. Houve o assalto aos cargos públicos disputados pelos forasteiros e aventureiros, que acorriam de todos os recantos do “outubrismo” (FIGUEIREDO, 1977, p.21).

Os oligarcas dissidentes, insatisfeitos com o interventor, atacavam a Legião Revolucionária de São Paulo, chefiada por João Alberto. Segundo as lideranças do Partido Democrático, a legião tinha a finalidade real relacionada à reprodução perpétua das posições oficiais, à propaganda subversiva, à ditadura permanente e à guerra ao Partido Democrático (CARONE, 1974, p.25).

O manifesto de rompimento com João Alberto feita pelo Partido Democrático clamava pela constitucionalização do país, pois a revolução já havia cumprido o seu papel. Essa atitude é uma reação dos oligarcas dissidentes ao fato de perderem espaço político para os tenentes no decorrer do ano de 1931 e no início de 1932. A chamada “reconstitucionalização” angariaria mais cargos às oligarquias e esvaziaria o poder dos tenentes, que não possuíam a organização política necessária para o domínio das máquinas eleitorais nos estados.

A “desastrada” atuação de João Alberto e os “desmandos dos aventureiros” tornaram possível o “quase inacreditável milagre da união de políticos paulistas em torno de um ideal” (FIGUEIREDO, 1977, p.30), ou seja, a retirada de João Alberto da interventoria.

No interior da legião revolucionária de São Paulo, foram recorrentes os conflitos entre João Alberto e Miguel Costa (FORJAZ, 1983), o que enfraquecia a organização. Em contrapartida, os tenentes reunidos no Clube 3 de Outubro eram contrários à reconstitucionalização imediata do país, preferindo discutir que tipo de constituição seria mais adequada para combater a corrupção e eliminar a miséria do povo brasileiro. Fiéis à Vargas, os tenentes afirmavam que as forças renovadoras eram asfixiadas pelos políticos tradicionais, que não podiam ocupar cargos. Nesse sentido, o presidente “precisava de poderes ditatoriais para levar à frente as reformas necessárias ao país” (CONNIFF, 1979, p.139).

A interventoria de João Alberto explicitou as diferenças entre o jogo político da tradicional classe dominante paulista com o estilo de governo de Vargas. Durante a interventoria de João Alberto, o tenentista revolucionário Miguel Costa foi designado chefe de polícia. Essas nomeações foram consideradas como uma provocação do governo federal em relação aos poderosos grupos políticos e econômicos paulistas. A hostilidade contra João Alberto era frequente, com o discurso de que o interventor não era civil e paulista.

Além dos inúmeros atritos entre as oligarquias e a interventoria de João Alberto, o tenente ainda enfrentou uma crise no interior do exército. Enquanto o 2º RM era chefiado por Isidoro Dias Lopes, tenentista com perfil conservador, a Força Pública era chefiada por Miguel Costa, tenente com inclinação de esquerda. Ambos entraram em conflito, que se intensificou com a aproximação de Miguel Costa com o movimento operário paulista, na tentativa de montar uma engrenagem política própria através de milícias. Em consonância com o grupo de Miguel Costa, João Alberto aproximou-se dos operários, através do aumento de salários e da redução da jornada de trabalho. Com tais medidas, o interventor pretendia coibir as greves operárias e aumentar a influência política no estado (WIRTH, 1979). A aproximação com o movimento operário também foi verificada com a permissão da organização do Partido Comunista em São Paulo, legenda da qual o irmão do interventor, Luís Gonzaga Lins de Barros, fazia parte. Desse modo, os comunistas conseguiram mobilizar comícios, o que provocou a fúria dos membros do Partido Democrático (FORJAZ, 1983, p.490; DRUMMOND, 1986, p.215).

Segundo Euclides Figueiredo, não restava outra opção ao “humilhado” povo paulista senão a revolta contra o governo federal, pois estava afastado da gerência do governo, “espoliado nos seus direitos” e “perseguido pelos invasores” (FIGUEIREDO, 1977, p.21). Um movimento pela

“libertação da terra bandeirante” surgiu, tendo como objetivo afastar João Alberto e Miguel Costa do poder e resgatar o ideal de “constitucionalização” do país.

A Legião Revolucionária de São Paulo, liderada por João Alberto e Miguel Costa, era composta por tenentes, das alas moderadas às radicais, revolucionários apoiadores do movimento de 1930, operários e desempregados. Após as pressões da classe dominante paulista e a crescente oposição à sua interventoria, João Alberto foi demitido em julho de 1931.

Como reação, a Legião Revolucionária de São Paulo simulou uma greve protestando a nomeação de Plínio Barreto, substituto de João Alberto na interventoria. Civil e paulista, como desejavam os mais poderosos membros da classe dominante do estado, o membro do Partido Democrático, no entanto, não assumiu o cargo, receoso das lutas populares (BASBAUM, 1981, p.39).

No lugar de Plínio Barreto, Vargas designou o magistrado Laudo Ferreira de Camargo para a interventoria, outro civil e paulista. Permaneceu no cargo de julho a novembro de 1931. O cenário político permaneceu instável, fazendo com que Vargas o substituísse pelo general Manoel Rabelo Mendes, comandante da 2ª Região Militar (BASBAUM, 1981). O general Manuel Rabelo Mendes permaneceu no cargo de novembro de 1931 a março de 1932, sofrendo hostilidades da elite por ser militar e fluminense. A maior concessão do governo central aos oligarcas dissidentes ocorreu em março de 1932, com a nomeação de Pedro de Toledo, membro do PD, civil e paulista, para a interventoria de São Paulo, em março de 1932.

Mesmo com estes atos conciliatórios, a ofensiva da classe dominante paulista frente ao governo Vargas e aos tenentes não diminuiu. Escritórios da Legião Revolucionária foram invadidos e depredados. Miguel Costa, uma de suas principais lideranças, foi preso (FLYNN, 1979, p.105). Grupos como a Legião Revolucionária atemorizavam as elites locais, devido a capacidade de arregimentação popular que o projeto revolucionário possuía, unindo civis e militares que questionavam os privilégios das classes dominantes (BORGES, 1979, p.190).

A revolta contra o governo Vargas ganhou força no início de 1932. O discurso ideológico de Euclides Figueiredo assinala que ao contrário da propaganda que professava, a Revolução de 1930 suspendeu o exercício do voto, se impôs através da força e da vontade dos que se apossaram das posições de mando. Nos estados brasileiros, “pequenos ditadores” que representavam o chefe

centralizador se organizaram em movimentos tenentistas e outubristas, muitas vezes negaram obediência ao próprio Vargas, com a intenção de “prolongar o quanto pudessem o regime discricionário, ou mesmo furtar ao povo, desde logo, o direito de governar o país” (FIGUEIREDO, 1977, p.17).

Segundo Figueiredo, a Revolução de 1930 foi “um verdadeiro desastre, uma catástrofe, incentivando os aventureiros audaciosos e decepcionando todos que para ele cooperaram com sadias intenções patrióticas” (FIGUEIREDO, 1977, p.15). Era preciso tomar o poder e garantir o domínio de São Paulo sobre o cenário político nacional. Na próxima seção, analisaremos a aliança entre oligarquias e militares e a eclosão da Revolta de 1932.

A ALIANÇA ENTRE OLIGARCAS E MILITARES E A ECLOSÃO DA REVOLTA DE 1932

Um momento decisivo para a organização das oposições contra Getúlio Vargas e a posterior deflagração da Revolta de 1932 foi a criação da Frente Única Paulista (FUP), em fevereiro de 1932. A FUP uniu os oligarcas derrubados pela Revolução de 1930, aglutinados no antigo Partido Republicano Paulista (PRP), com os oligarcas dissidentes, antigos inimigos dos membros dominantes do Partido Republicano, aglutinados no Partido Democrático de São Paulo (PD). O manifesto de formação da FUP clamava pela reconstitucionalização do país e retomada da autonomia de São Paulo (CARONE, 1974, p.46). Na prática, a FUP era um movimento de revolta contra o governo Vargas e o processo de centralização empreendida no nível nacional, que uniu militares descontentes com a política de promoção de oficiais e agentes que combatiam com violência os movimentos operários e sindicais.

O descontentamento com a política de promoções no interior do Exército confundia-se com a figura de Getúlio Vargas, pois enquanto presidente de república, era detentor de “um poderoso instrumento para punir ou premiar oficiais superiores”, tendo o poder de promover um oficial para o posto de general (CARVALHO, 2019, p.100). Nesse sentido, as promoções eram recompensas pela lealdade política demonstrada pelos oficiais em relação ao Catete.

O clima de tensão aumentou no decorrer do ano de 1932. A situação de instabilidade foi aprofundada quando membros tenentistas do governo passaram a exercer oposição ao governo Vargas, como foi o caso de Isidoro Dias Lopes, cada vez mais próximo do grupo liderado pelo General Bertoldo Klinger, general antitenentista que articulou a rebelião paulista em 1932.

Klinger era propagador da intervenção militar na política, como uma espécie de “poder moderador”. Para ele, a direção do país era problema do Estado Maior. No periódico “A Defesa Nacional”, afirmou: “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas” (CARVALHO, 2019, p.67).

Outro importante integrante deste contexto foi Euclides Figueiredo, general que se recusou em exercer a chefia da Revolução de 1930 (LEVINE, 1980, p.24). Juntamente com Klinger, foi um dos fundadores do periódico “A Defesa Nacional”. Atuou na repressão aos movimentos contestatórios como a Guerra do Contestado e a Revolução de 1930.

O Brasil foi surpreendido pelas notícias relacionadas à eclosão do movimento revoltoso de São Paulo, em 9 de julho 1932. Em resposta, Vargas emitiu uma nota com as seguintes declarações: “Não me entregarei. Tenho elementos para resistir e estou disposto a fazê-lo até sucumbir como soldado da revolução na defesa dos ideais que nos levaram a ela” (O DIA. 11.jul.1932, p.1).

O interventor Pedro de Toledo demitiu-se da interventoria de São Paulo, em solidariedade ao movimento revoltoso que estava sendo preparado. Em uma carta para Getúlio Vargas, Toledo justifica a sua decisão:

“Esgotados todos os meios que ao meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição desta Região ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu Estado. Impossibilitado de continuar a cumprir o mandato que V.Excia houve por bem me conferir (...) venho renunciar ao cargo de interventor” (Carta de Pedro de Toledo a Getúlio Vargas, citado por FIGUEIREDO, 1977, p.138).

Durante os meses de guerra, ele foi considerado o governador de São Paulo, conclamado pelas forças revoltosas. Outras lideranças como Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger, Francisco Morato e Pádua Salles, provenientes do Partido Democrático e do Partido Republicano Paulista, somavam esforços na Frente Única contra o governo.

O apoio de parte dos militares à Revolta Paulista foi motivado pela contestação à política de expurgos promovida pelos tenentes contra vários agentes políticos que exerceram hegemonia no período anterior à 1930. Um dos instrumentos da ofensiva tenentista foi o Tribunal Revolucionário, que pretendia descobrir práticas corruptas em instituições políticas, nas repartições públicas, nas Forças Armadas e no Poder Judiciário. Os tenentes pretendiam realizar demissões, prisões e aposentadorias. Isso foi mal-visto por muitos generais, entre eles, o general Klinger, encarando tais ações como tentativas golpistas dos tenentistas para conseguir o controle da hierarquia do exército (WIRTH, 1979).

A crise hierárquica no interior do exército promovida pelo movimento político pós-revolucionário foi entendida como uma afronta para alguns oficiais. Nesse sentido, o general Klinger foi um dos principais agentes de combate ao governo Vargas, atuando nos momentos de conspiração e sublevação.

Para as lideranças do movimento revoltoso, a Revolução de 1930 foi um “estelionato cívico” que afundou o Brasil em uma ditadura, daí a necessidade de um movimento constitucionalista, com o respaldo “moral e cívico” de São Paulo (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.58-59).

De acordo com Paulo Nogueira Filho, um dos líderes do movimento de 1932, o estado de São Paulo era o “bastião da Democracia”, o “mais próspero” e o “mais culto” da república. Apesar disso, o governo central nivelou os estados por baixo, provocando a inconformidade dos paulistas (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.60).

Longe de ser um movimento puramente constitucionalista, democrático e progressista, a revolta de 1932 visava a retomada da política liberal e federalista da República Velha, prevendo a autonomia dos estados. Segundo Michael Conniff, um brasileiro estudioso dos movimentos tenentistas do período pós-1930, os constitucionalistas pretendiam “depor Vargas, interromper as reformas e retornar a um sistema federal em que os principais estados dominassem o governo” (CONNIFF, 1979, p. 137).

Em decorrência da eclosão da revolta em 9 de julho de 1932, o movimento rebelado aguardou quais seriam os estados que apoiariam São Paulo contra o governo Vargas. Entretanto, a força das interventórias foi menosprezada por São Paulo, estado que supervalorizava o seu poder político ante

à nação. Diante da notícia do início do movimento, vários telegramas dos interventores foram enviados a Vargas informando-o que estavam cumprindo medidas de repressão aos focos de revolta nos seus estados. Os interventores de Goiás, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Ceará, Alagoas, Pará, Paraná e Paraíba ofereceram tropas e armas para combater o movimento (SILVA, 1967, p.84-85).

Alguns focos de tensão estavam localizados nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Bahia (NOGUEIRA FILHO, 1981). Os estados que poderiam oferecer bases ao movimento paulista eram os que participaram ativamente da revolução de 1930, através de suas lideranças civis: Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Na disputa entre os tenentistas e as lideranças oligárquicas estaduais, os oligarcas dissidentes, que inicialmente eram apoiadores da Revolução de 1930, afastaram-se do governo central e aproximaram-se dos seus antigos inimigos: os oligarcas que perderam poder político com o processo revolucionário. Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro, liderado por Antônio Carlos e Arthur Bernardes, afastou-se de Olegário Maciel e da Legião Liberal Mineira.

Entre o segundo semestre de 1931 e o primeiro semestre de 1932, estabeleceram-se as “Frentes Únicas” em São Paulo e Rio Grande do Sul, com o objetivo de exercer oposição ao governo Vargas. O Partido Democrático de São Paulo aliou-se ao Partido Republicano Paulista, formando a mais poderosa frente de hostilidade ao governo, que se somou aos militares da alta cúpula contrários aos acontecimentos políticos provocados pelo movimento de 1930. O Partido Republicano Riograndense uniu-se ao Partido Libertador, passando ambos os partidos anteriormente situacionistas e pró-revolucionários a exercerem oposição ao governo Vargas, liderados pelas figuras de Borges de Medeiros e Raul Pilla.

Nesse período, diversos membros das oligarquias dissidentes que apoiavam Vargas se desgastaram com o governo, o que provocou diversas demissões nos ministérios e cargos em estatais, incluindo nomes como Lindolpho Collor, Assis Brasil, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura (LEVINE, 1980).

Em Minas Gerais, todos os grupos políticos conspiravam. Vargas contou com o apoio do interventor Olegário Maciel, dos membros da Legião de Outubro, chefiados por Francisco Campos e

Amaro Lanari, além dos membros da ala jovem do Partido Republicano Mineiro. Nesse grupo, Virgílio Melo Franco tinha contatos com lideranças nacionais do Clube 3 de Outubro, tais como Oswaldo Aranha, Pedro Ernesto e Góes Monteiro. No entanto, as forças governistas precisavam combater os velhos chefes do PRM, os poderosos oligarcas Wenceslau Brás, Arthur Bernardes, Afrânio Melo Franco, Antônio Carlos e Mário Brandt, todos unidos a favor de São Paulo. A pressão oposicionista mineira foi tão grande que a força pública do estado não lutou contra São Paulo (SILVA, 1967). Um dos grandes motivos para a adesão destes velhos oligarcas à insurgência paulista foi o fato de muitos deles não conseguirem entendimento com os tenentes durante o governo provisório. Arthur Bernardes, ex-presidente, combateu ferozmente as revoltas tenentistas durante o seu governo, mantendo-se em oposição a esse movimento com o passar dos anos (SILVA, 1967).

No Rio Grande do Sul, alguns elementos reunidos no município de Vacaria sublevaram-se contra o governo central. Lideranças da Frente Única Gaúcha, composta de membros do Partido Republicano Riograndense e do Partido Libertador, anteriormente apoiadores da Revolução de 1930, sublevaram-se contra Vargas. Entre eles, destacavam-se Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Batista Luzardo e Lindolpho Collor (NOGUEIRA FILHO, 1981, p.393). A posição do interventor Flores da Cunha era de suma importância para o governo federal. Desde o início da sublevação, Vargas apelou pelo apoio de Flores da Cunha. Segundo Vargas, os paulistas estavam traindo a nação com a revolta, pois o governo atendeu a muitas solicitações da Frente Única Paulista, servindo-lhe cargos. Vargas afirmou: “não é a ditadura que está em jogo: é o país todo contra um estado rebelado” (O DIA. Um expressivo telegrama do sr. Getúlio Vargas ao sr. Flores da Cunha. 16.jul.1932, p.1).

Embora indeciso, Flores da Cunha optou por ficar ao lado do governo federal. Dominou o exército e as brigadas, controlou as estradas de ferro, telégrafos, estações de rádio e rotas de navegação (SILVA, 1967). Além do forte movimento oposicionista gaúcho, a região Sul registrou outro foco de apoio a São Paulo: o estado de Santa Catarina (SILVA, 1967).

Destacamos que uma importante vitória do governo federal foi contar com o apoio incondicional do interventor do Paraná, Manoel Ribas, para o movimento opositor não se alastrar. O Paraná era um estado estratégico para a contenção do movimento contestatório em São Paulo, dada a sua localização geográfica que faz fronteira com o estado rebelado. Em nenhuma região do estado registrou-se apoio aos paulistas.

Segundo Euclides Figueiredo, a derrota de São Paulo foi motivada pela falta de apoio dos demais estados. A causa de São Paulo era nacional, e envolveu todas as classes sociais em cobrar o “preço do engodo da revolução pseudomoralizadora de 30”, com a finalidade de lutar contra a “ocupação político-administrativa garantida pela força” que oprimia o povo paulista (FIGUEIREDO, 1977, p.37). Em resumo, Figueiredo afirma que São Paulo venceu em termos morais a sua luta contra o governo Vargas: “Como poderíamos voltar para São Paulo vencidos, sem nunca termos sido verdadeiramente derrotados?” (FIGUEIREDO, 1977, p.268).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise das tensões políticas e sociais que levaram à revolta contra o governo provisório de Getúlio Vargas foi possível concluir que elementos de elitismo e autoritarismo estavam presentes no discurso autoproclamado como democrático e constitucional na aliança entre os militares e as oligarquias paulistas. Essa constatação ressalta a complexidade da situação política da época e a utilização de estratégias discursivas para justificar a ação do levante.

Segundo Figueiredo, a Revolta de 1932 lutou “contra os declarados inimigos da lei, os apaniguados da ditadura” (FIGUEIREDO, 1977, p.293). Com a derrota da Revolta de 1932, o Brasil deixou de ter a oportunidade de se livrar de 15 anos de “ditadura” que “desmoralizou o poder legislativo”, “violou a independência” do poder judiciário, “destruiu” liberdades individuais, realizou o “estelionato da coisa pública” e anulou o sentimento democrático de uma geração que “aprendeu desde os bancos escolares a vitória sem o mérito e sem a emulação, a conquista de títulos sem estudos, a de cargos sem encargos, a de gozos sem deveres” (FIGUEIREDO, 1977, p.16).

Em síntese, destacamos elementos de elitismo e autoritarismo presentes no discurso autoproclamado como democrático e constitucional na aliança entre os militares e as oligarquias paulistas, enfatizando a “superioridade” de São Paulo frente aos demais estados, bem como a hostilidade contra membros do “tenentismo revolucionário” e agentes políticos que não pertenciam à classe dirigente oligárquica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Sociologia, Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Técnica Pedagógica na Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

REFERÊNCIAS

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república:** de 1930 a 1960. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista:** história de uma esperança e muitos desenganos. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930-1937).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2019.

CHACON, Vamireh. **Perfil Biográfico na Câmara dos Deputados do Brasil:** Euclides Figueiredo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). **Os Militares e a Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista:** a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

FIGUEIREDO, Euclides. **Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932**. São Paulo: Martins, 1977.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Revolução de 30. In: UFRGS (org.). **Simpósio sobre a Revolução de 30**. Porto Alegre: Erus, 1983.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRANATO, Natália Cristina. **O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas**. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MORAES, Francisco Quartim de. **O Levante de 1932: Fatores econômicos e políticos**. Dissertação. Mestrado em História Econômica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista: A guerra cívica- 4º volume: Resistência Indômita. 2º tomo- mobilização épica**. São Paulo: Usina Açucareira Ester S/A, 1981.

RODRIGUES, João Paulo. **O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)**. Tese. Doutorado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2009.

SILVA, Hélio. 1932: **A guerra paulista (O ciclo de Vargas- volume IV)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

WIRTH, John D. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.